

DISSERTAÇÕES E TESES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FE-UFG

DISSERTAÇÕES

Título: *A indústria cultural e o sujeito do consumo: das determinações históricas à demanda de completude.*

Autora: Camila Passos Fleury de Oliveira.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silvia Rosa da Silva Zanolla.

Defendida em: 4/07/2006.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica de um dos fenômenos emblemáticos do mundo moderno: o consumismo. Para tanto, partiu-se da análise em dois níveis: o primeiro se refere às determinações materiais que constituem esse processo, a partir da análise das transformações que ocorreram na sociedade em âmbito mundial com o processo de implementação, desenvolvimento e consolidação do capitalismo e o que isto afetou a vida dos sujeitos não apenas nos aspectos político-econômicos, mas, sobretudo, no que concerne às transformações socioculturais verificadas. Dando prosseguimento a este item, buscou-se analisar o fenômeno da chamada “indústria cultural”, termo cunhado por Horkheimer e Adorno em 1947, e a influência ideológica que esta exerce sobre a subjetividade dos sujeitos. O segundo nível se refere à investigação das determinações subjetivas envolvidas no processo de consumo e a sua influência nesse processo. Para tanto, partiu-se da análise de um conceito fundamental desenvolvido por Freud, o conceito de incompletude. Sendo assim, buscou-se articular esses dois níveis de interesse, partindo-se do pressuposto de que o fenômeno do consumismo não pode ser considerado levando-se em conta apenas o aspecto material, nem apenas o aspecto subjetivo. Na sociedade moderna, o consumo se converteu na expressão de um indivíduo que, impossibilitado de realizar-se enquanto um sujeito livre e autônomo, adere às ilusões criadas pelo capitalismo para a garantia de sua manutenção. Os homens, convertidos em consumidores, são condicionados a pensar, viver, relacionar-se de acordo com

as normas ditadas pela indústria. No limite, o que é comercializado intrinsecamente através dos produtos são idéias e comportamentos que potencializam o desejo de compra. Cada produto vem revestido de uma promessa de felicidade total que mobiliza o ideário do público, encorajando a gratificação imediata por meio da criação da ilusão de que a gratificação total é possível. Mas, segundo Freud (1929), essa promessa nunca poderá ser realizada, já que o ser humano tem como condição fundante a incompletude. Por meio da cultura do consumo, o sujeito busca negar a condição de incompletude, pois à medida que o desejo é sempre realizável, mesmo que ilusoriamente, não há contato com a falta, com o vazio constitutivo do ser. Esse consumidor, administrado em tempo integral, é o sujeito emblemático da sociedade capitalista. Afinal, que sujeito é esse que submete o seu desejo ao desejo da indústria? E que indústria é essa que detém em suas rédeas tal poder? Em face dessa realidade, originou-se o interesse de buscar uma maior compreensão acerca da relação entre sujeito e consumo. Para tanto realizou-se uma pesquisa teórica que contou como referência autores como Marx, Freud e os pensadores da Escola de Frankfurt, principalmente Adorno e Horkheimer.

— * —

Título: As trabalhadoras da educação infantil e a construção de uma identidade política

Autor: Hugo Leonardo Fonseca da Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ângela Cristina Belém Mascarenhas

Defendida em: 30/08/2006

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Educação, Trabalho e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. O objetivo deste estudo foi investigar, analisar e compreender se as trabalhadoras da educação infantil elaboram uma identidade política, sob que condições e o que reflete suas ações e posições. A questão da elaboração de uma identidade política passa pela articulação entre a particularidade do trabalho imediato dessas trabalhadoras e o projeto histórico da classe trabalhadora, podendo ter como elemento de mediação a organização político-sindical dos trabalhadores em educação. Procurando compreender qual identidade política as trabalhadoras da educação infantil constroem, investigou-se profissionais que trabalham diretamente com a docência nos Centros Municipais de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. A investigação articulou o levantamento de dados empíricos por meio de técnicas de questionários,

entrevista semi-estruturada, observações no cotidiano das instituições e análise de documentos. Esses dados foram analisados à luz do referencial da dialética materialista fundamentados principalmente em Marx, Lúkacs, Gramsci, Mészáros, Antunes, Mascarenhas e Frigotto, buscando apreender o objeto de investigação em seu movimento concreto e contraditório no interior da totalidade sócio-histórica. Dialogou-se também com autores que se aproximam dessa referência no campo da educação e da educação infantil como Gentili, Arroyo, Ribeiro, Rosemberg, Khulmann Jr., Arce, Barbosa e Kramer. Partiu-se do trabalho como categoria ontológica e histórica para compreender se a particularidade social do trabalho em instituições de educação infantil limita ou possibilita a elaboração de uma identidade política articulada ao projeto histórico do trabalho diante da crise estrutural do capital, às políticas neoliberais e aos ataques sobre a classe-que-vive-do-trabalho. Verificou-se que mediações da identidade política das trabalhadoras da educação infantil são produzidas pelas seguintes questões: a) as instituições de educação infantil são constituídas sob as determinações ideológicas e históricas do conflito entre capital e trabalho; b) o trabalho na educação infantil é mediado por aspectos ideológicos e práticos de natureza assistencialista; c) a feminização/sexualização do trabalho docente na educação infantil reitera a divisão entre produção e reprodução; d) não existe um diálogo entre sindicato docente e trabalhadoras da educação infantil. Analisando esses dados sob a consideração da contradição, entende-se que a superação de limites existentes para que as trabalhadoras da educação infantil elaborem uma identidade política articulada aos interesses do conjunto da classe trabalhadora pode contar com o sindicato docente como elemento de mediação entre as necessidades imediatas e a universalidade do projeto de emancipação do gênero humano. Para isso, no entanto, é necessário o estabelecimento de novos laços entre o sindicato e a categoria por ele representada.

— * —

Título: *A educação como criação de novos direitos: formação para a autonomia*

Autora: Gilma Guimarães

Orientador: Prof. Dr. Adão José Peixoto

Defendida em: 4/09/2006

RESUMO

Esta dissertação constitui-se de uma interrogação do sentido da educação instituída pela sociedade capitalista moderna e busca explicitar novas formas de conceber a formação humana. Apresenta a formação para a autonomia como

possibilidade para autocriação e auto-alteração do social-histórico, de forma refletida e deliberada, que se constituem nas condições para a criação de novos direitos. Considera-se a criação de novos direitos como obra da práxis política dos sujeitos sociais formados para a autonomia e por instituições sociais autônomas. Assim, a criação da autonomia social e individual, como uma exigência para a criação de novos direitos, implicou, de um lado, interrogar o sentido das instituições e da formação constitutivas e instituintes das formas heterônomas das relações sociais existentes, e, de outro, afirmar a imaginação criadora, a justiça e a liberdade como questões nucleares da formação humana. A construção dessa perspectiva fez-se com a elucidação do pensamento sobre o imaginário, a autonomia e a democracia. O imaginário social é fonte da criação incessante e indeterminada do ser e da sociedade, que se autocriam e auto-alteram em razão tanto dos significados sociais disponíveis como da criação de novos significados. A autonomia e a democracia são as condições para que a autocriação e auto-alteração dos sujeitos sociais sejam explícitas, refletidas e lúcidas, o que pressupõe serem realizadas por meio do debate e da deliberação coletiva. Se o social-histórico é criação dos homens, para que seja uma criação feita com consciência e lucidez supõe-se que eles assumam a responsabilidade política de criá-lo com dignidade e justiça, obra, portanto, de sujeitos sociais autônomos e de instituições sociais democráticas, nas quais a igualdade e a justiça sejam uma exigência da sociedade.

— * —

Título: As mudanças no mundo do trabalho e a ação sindical dos trabalhadores em educação

Autora: Fernanda Ferreira Belo Rodrigues

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ângela Cristina Belém Mascarenhas

Defendida em: 4/09/2006

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a ação sindical dos trabalhadores em educação a partir da reorganização do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), entre os anos de 1988 e 2004. Busca-se nessa análise compreender como têm estruturado as ações sindicais do Sintego relativas à garantia do fluxo das lutas trabalhistas presentes no curso das mudanças vivenciadas no mundo do trabalho e inseridas na conjuntura das políticas inspiradas nas concepções neoliberais. A ação sindical dos trabalhadores em educação em Goiás tem sido efetivada no contexto de uma sociedade regida pela

lógica do capital, onde a luta sindical tem enfrentado grandes desafios para garantir o mais elementar e defensivo direito da classe trabalhadora: o direito ao trabalho, ao emprego. Nesse sentido, considera-se, para a análise dessa problemática, o debate atual sobre as alterações que vêm ocorrendo, em nível mundial, no sistema capitalista de produção e no mundo do trabalho, assim como as discussões sobre a organização política e sindical no Brasil e em Goiás. Nesse sentido, recorre-se a Antunes, Bhir, Boito Junior, Marx; Mascarenhas, Mészáros, Rodrigues; A. Oliveira, D. Oliveira, entre outros, como referenciais teóricos para dar sustentação à essa análise. A metodologia utilizada nesse trabalho refere-se às propostas de pesquisa qualitativa, utilizando-se o método de coleta de dados, análise documental e entrevistas com dirigentes sindicais e com trabalhadores em educação pública em Goiás.

— * —

Título: *Educação Ambiental no Ensino Fundamental – um estudo da profissionalidade de professores do município de Goiânia-Go*

Autora: Elza Alcântara Macedo Peixoto

Orientador: Prof. Dr. Valter Soares Guimarães

Defendida em: 5/05/2006

RESUMO

Este trabalho busca apreender a profissionalidade docente das professoras da rede municipal de Goiânia, no tocante à EA. Tal processo implica apreender o que é específico na ação e na formação dessas professoras, seus saberes e conhecimentos e como vêm sua prática em EA. Foram utilizadas quatro chaves de leitura para o agrupamento e análise dos dados: a primeira chave de leitura refere-se à gênese e traços da formação das professoras para a EA. A segunda, aos saberes que caracterizam a prática docente efetivada em sala de aula, também em relação à EA. Na terceira, procurou-se conhecer como se desenvolvem os projetos de EA, os seus traços característicos, quais ações são predominantes em EA e quais os materiais são utilizados pelas professoras. A quarta chave aborda a avaliação que as professoras fazem da própria formação em EA, os desdobramentos do seu trabalho com os alunos e a sua profissionalidade, em geral. Os sujeitos dessa pesquisa são as alunas/professoras no curso de Pedagogia do convênio FE/UFG/SME2. É uma pesquisa desenvolvida numa abordagem qualitativa, com um referencial teórico-metodológico amplo. No entanto, para melhor exploração do tema, foram utilizados, também, dados quantitativos. Nesse processo, conclui-se que a formação em EA provém de

diversas fontes e, conseqüentemente, concepções diferentes de EA, originadas tanto de matrizes conservadoras como de matrizes democrático-críticas. Quanto aos saberes buscou-se apreender a compreensão que as professoras têm de natureza, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, finalizando com seus conceitos de Educação Ambiental. Para as professoras, a Educação Ambiental se caracteriza, principalmente, pela conscientização das questões ambientais e conservação dos recursos da natureza; os projetos predominantes apontam falta de continuidade e atividades fragmentadas e, por último, a avaliação que fazem da sua formação e do trabalho que desenvolvem em EA. Manifestam gostar da temática e a expectativa de maior formação em EA e, também, avaliam positivamente o trabalho que fazem nas escolas.

— * —

Título: Educação popular e sindicalismo – O Movimento de Educação de Base (MEB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu-GO

Autora: Leusa Alves de Moura Silva

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Margarida Machado

Defendida em: 1^o/08/2006

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a política democratizadora do Movimento de Educação de Base (MEB) em Itauçu-GO, como um dos fatores que influenciaram o sindicalismo naquele município, ressaltando a correlação entre ambos. O problema parte das políticas educacionais implantadas pelo Estado no início da década de 1960, momento em que o MEB foi criado para fins de escolarização da massa de trabalhadores rurais. Sua atuação, no entanto, desdobrou-se na formulação de políticas sociais mais amplas, gerando, especificamente no município de Itauçu, um grupo de trabalhadores rurais com um nível de conscientização que superou a tradicional escolarização de adultos. As análises apresentadas basearam-se em obras de Gramsci, Wanderley, Peixoto, Castro, Amado, Brandão, Pessoa, Mascarenhas, Gohn, Loureiro e outros. Utilizou-se o estudo de caso, em uma pesquisa qualitativa que se valeu de fontes documentais, entre elas, os arquivos do MEB Nacional e Goiás, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itauçu, artigos de jornais e boletins informativos, cartilhas, letras de músicas e poesias, entrevistas e depoimentos. A análise dos dados permite afirmar que o MEB implantou um processo pedagógico democrático, incluindo alunos e monitores e foi um

movimento que representou uma mudança na ação da Igreja Católica, no município de Itauçu-GO, em relação aos trabalhos realizados com as classes populares. Após o trabalho realizado pelo MEB, estes trabalhadores rurais conseguiram se organizar politicamente para a defesa de seus direitos, e sua ação, juntamente com outros sujeitos, levou à conquista da ferramenta maior do trabalhador rural, o STR de Itauçu. A pesquisa indica a dimensão educativa dos movimentos sociais, apontando a luta sindical como forma de aquisição de conhecimentos.

— * —

Título: *Sistema Municipal de Ensino de Aparecida de Goiânia-GO: processo de criação, organização, institucionalização e gestão*

Autora: Cecília Araújo de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira

Defendida em: 1º/09/2006

RESUMO

Esse trabalho integra-se à linha de pesquisa Estado e Política Educacional do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e constitui-se como um *estudo de caso* do Sistema Municipal de Ensino da cidade de Aparecida de Goiânia-GO. A década de 1990 representou, no Brasil, um período de grandes transformações no campo educacional. É a década em que se aprova, entre outras normalizações, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) e a Lei do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei n. 9.424/97), leis que incidirão, sobremaneira, sobre a educação municipal. A contar da promulgação da Constituição Federal de 1988, que confere ao município o *status* de ente da federação, são essas duas leis que mais contribuirão no sentido de *induzir* os municípios a assumirem uma grande parcela de matrículas da educação básica, especialmente, do ensino fundamental. Partindo dessa premissa, procuramos nessa pesquisa: 1) evidenciar os motivos e as contradições de uma política nacional de descentralização do ensino, configurada na forma de municipalização, que tem induzido os municípios brasileiros a constituírem seus *sistemas de ensino*; e 2) analisar como tem sido conduzida a *gestão* da educação nesses sistemas municipais, verificando se estes têm ou não seguido o princípio da gestão democrática do ensino público, evidenciado pela Carta Magna de 1988 e pela LDB/96. Para melhor compreendermos essas questões, elegemos como metodologia de pesquisa o *estudo de*

caso, tendo em vista o fato de que este nos permite concentrar num caso específico identificando, ao mesmo tempo, seus diversos processos interativos. Nesse sentido, diante dos 246 municípios que compõem o Estado de Goiás, optamos por escolher o município de Aparecida de Goiânia – localizado na região metropolitana - pelo motivo de este se apresentar como um município *atípico*. Entre suas características, é uma “cidade dormitório”, com cerca de 40% de seus habitantes trabalhando ou estudando fora das limitações municipais; é o segundo município mais populoso do Estado; apresenta uma das taxas de densidade demográfica mais elevadas; é o segundo em riqueza econômica; apresenta o quinto maior PIB; porém, é o 48º em qualidade de vida. Tendo em vista nossos objetivos, analisamos, pois, o processo de criação, organização e institucionalização do Sistema Municipal de Ensino de Aparecida de Goiânia, procurando evidenciar os embates políticos e ideológicos presentes numa política nacional de ensino que se materializa no âmbito municipal e a forma de gestão educacional assumida pelos municípios.

— * —

Título: *Ideologia pós-moderna e educação física – uma análise teórico-crítica*

Autor: Luís César de Souza

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Rosa da Silva Zanolla

Defendida em: 5/09/2006

RESUMO

Discutir a ideologia pós-moderna como resultante das contradições internas da sociedade industrial contemporânea, compreender como se situa a educação nesse contexto e, particularmente, analisar a influência dessa ideologia na educação física, à luz de uma teoria crítica e negativa da sociedade, é o que propomos. Nesse sentido, esse trabalho se caracteriza pelo debate teórico-filosófico, para o que recorreremos à pesquisa bibliográfica com a finalidade de compreender os motivos que levaram alguns teóricos da ideologia pós-moderna a anunciarem a crise dos princípios e valores construídos ao longo da modernidade. Com a idéia de crise, a ideologia pós-moderna renuncia às teorias que pretendem compreender a realidade a partir da relação dialética entre universalidade e particularidade, além de desprezar as questões históricas que permitem compreender o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção na sociedade industrial como ação concreta do homem. Com o intuito de justificar que a sociedade atual não “é”, mas “está”, numa etapa de

desenvolvimento que tem raízes históricas antigas, recorreremos a alguns conceitos de Marx e Marcuse – os quais procuraram compreender criticamente a sociedade industrial e o capitalismo de seus tempos. Na perspectiva desses autores, voltamos à história para analisar a educação no contexto da sociedade industrial, a partir do amplo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, motivo que nos faz desconfiar da concepção pós-moderna de educação. Analisamos ainda a história da educação física com o desenvolvimento da sociedade industrial, desde as exigências para o novo homem, as quais surgiram com o advento da sociedade burguesa de produção capitalista, até os conflitos contemporâneos. Verificamos que a influência da ideologia pós-moderna na produção do conhecimento em educação física não é generalizada, embora haja uma aceitação na área dos enunciados pós-estruturalistas e de correntes que propõem o denominado giro lingüístico. Apresentamos os equívocos dessas concepções, pois, em suas análises, a base material instituinte das relações sociais é desprezada. Por último, entendemos que estamos desafiados a manter o curso dos princípios que pretendem emancipar o sujeito da situação de exploração e menoridade. Uma vez que a educação física encontra-se implicada no processo formativo, devemos promover permanentemente uma crítica às contradições da sociedade contemporânea e aos discursos que, por desprezarem essas contradições, constituem-se em ideologia. Esse trabalho foi desenvolvido dentro da linha de pesquisa Cultura e Processos Educativos.

— * —

Título: A avaliação institucional em instituições de ensino superior, privadas – instrumento de asseguarção da qualidade?

Autor: João Carlos Ignácio da Silva

Orientador: Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral

Defendida em: 28/08/2006

RESUMO

O presente trabalho analisa a trajetória da avaliação institucional em quatro instituições de ensino superior privadas de Goiás e os esforços desenvolvidos pelos organismos oficiais de educação para asseguarção da qualidade do ensino por meio da avaliação institucional. São apresentados, de forma resumida, os principais marcos norteadores do ensino superior no país, destacando os pontos de conflito e as convergências de idéias que marcaram as reformas da educação superior nos governos FHC e Lula e seus reflexos na sociedade brasileira. A dicotomia existente entre instituição de ensino e organização empresarial é

destacada para orientar a análise de valores adotados pelas IES privadas e das ações que estas empreendem como forma de garantir sua legitimidade institucional. Os critérios empregados pelo Sinaes são pesquisados, desnudando as ideologias que os revestem e estabelecendo um diálogo entre tais critérios e seus objetivos de qualidade na formação de ensino superior. São investigados os resultados obtidos nas ações empreendidas pelas IES privadas e as propostas de novos instrumentos oficiais de asseguração da qualidade, como o PAIUB e o Sinaes, matizando as discussões acerca da regulamentação e fiscalização oficiais a que as IES são submetidas. O trabalho se estrutura sobre os efeitos práticos dos instrumentos regulatórios da qualidade em quatro IES privadas do Estado de Goiás, tendo como objetivos identificar a necessidade de um sistema de avaliação externa da educação superior, estabelecer sua relação com a qualidade da educação e investigar os eventuais motivos que possam resultar na dissociação entre avaliação e qualidade, além de investigar se a eventual dissociação entre avaliação e qualidade está relacionada à cultura avaliativa das IES. Foram analisados os PDI destas IES, assim como seus projetos e relatórios resultantes dos processos de avaliação interna, além de questionários estruturados respondidos pelos presidentes das CPA das IES pesquisadas. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade da existência de um sistema de avaliação institucional externo que busque atenuar os efeitos da concorrência de mercado a que as IES privadas estão submetidas e, ao mesmo tempo, propiciem possibilidades de desenvolvimento institucional, aproximando as IES de conceitos de qualidade social, necessários para que se atinjam os objetivos da educação superior no país. Verificou-se que as IES privadas utilizam os instrumentos avaliativos formulados no Sinaes para acompanhamento de seus padrões de qualidade, embora estes possam se derivar de um conceito de qualidade empresarial, diverso daquele defendido pela Conaes na formulação do Sinaes, de qualidade social.

TESES

Título: *Arapuca armada – Ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do sudoeste goiano*

Autora: Cátia Regina Assis Almeida Leal

Orientador: Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa

Defendida em: 9/06/2006.

RESUMO

O trabalho resulta de uma investigação das práticas educativas presentes na ação de vários grupos organizados, no processo de modernização agrícola do sudoeste goiano. A investigação compreende as diversas possibilidades de reações dos diferentes agentes coletivos em relação a esse processo social, econômico, político, ambiental e cultural. Propõem-se como objetivos: investigar como o processo de modernização agrícola se deu na região do sudoeste goiano; compor um quadro explicativo dos agentes coletivos organizados que tomam parte significativa nesse processo; analisar, particularizando na ação desses agentes, as estratégias que asseguram a sua reprodução; e verificar se essas estratégias de ação podem ser lidas como práticas educativas. A pesquisa se reporta à década de 1970 e décadas subseqüentes, período de surgimento e consolidação da modernização agrícola na região pesquisada, particularizando os seguintes municípios: Jataí, Rio Verde e Santa Helena de Goiás. Os agentes coletivos analisados são: Diocese de Jataí, Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), Sindicato Rural Patronal (SR), Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV), Conselho Comunitário de Jataí (CCJ) e Sociedade Ecológica de Jataí (Seja). Como técnicas de pesquisa foram utilizadas basicamente a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental – fontes primárias e fontes secundárias. O referencial de análise é a teoria da prática de Pierre Bourdieu, especialmente as categorias *habitus* e campo. A pesquisa indicou a existência de um novo *habitus* – agromodernizado e agromodernizador – capaz de fazer com que os agentes reproduzam os diversos interesses presentes no ‘campo da modernização agrícola’.

Título: *Educação e autoridade*

Autora: Susie Amâncio Gonçalves de Roure

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Gouvea de Miranda

Defendida em: 31/08/2006

RESUMO

O presente trabalho discute a questão da autoridade na educação para apreender os nexos entre a sua crise, conforme se manifesta no mundo contemporâneo, e a formação para a emancipação. Interroga se a educação comprometida com a constituição de indivíduos autônomos pode prescindir da autoridade. Na instituição do modo de vida que caracteriza a sociedade ocidental moderna, esse conceito assume um sentido controvertido e contraditório. Por um lado, a vida coletiva implica a observância de normas de conduta, o que significa a subordinação a alguma forma de autoridade. Por outro, a inserção e a adesão sociais devem comportar os princípios da autonomia e da liberdade, tão caros ao pensamento liberal, e que são concebidos, muitas vezes, como opostos à autoridade. Expressando essa contradição, as várias teorias e abordagens que orientam a ação educativa a ser encaminhada pela família e pela escola se dividem entre aquelas que negam a autoridade, tomando-a como sinônimo de coerção e de violência, e aquelas que a reduzem à mera imposição de limites ou à tarefa de dizer “não”. Em muitos desses enfoques, verifica-se a perda de seu sentido e a destituição da sua figura na participação no processo educativo das novas gerações. Assim, tendo por suposto que o seu significado é tecido historicamente e determinado pelas condições sociais objetivas que se articulam ao mundo contemporâneo, este trabalho visa discutir a sua contradição e o seu lugar na formação do indivíduo autônomo. Constitui-se, para tanto, a partir de uma pesquisa bibliográfica e objetiva compreender se a educação voltada para a emancipação comporta a autoridade. No primeiro capítulo, busca apreender os significados que essa adquire no mundo moderno, detectando os processos envolvidos na sua crise na educação contemporânea, a partir do enfoque de Hannah Arendt. No segundo, analisa as concepções de autoridade presentes em teorias filosóficas, sociológicas e psicológicas voltadas para a educação, relacionando-as à constituição e à consolidação da sociedade moderna. O terceiro capítulo discute o caráter contraditório da autoridade, reportando-se aos estudos de Marcuse, Horkheimer e Adorno, particularmente no que se referem às noções de autoritarismo, de emancipação e de educação, para compreender o lugar da família e da autoridade dela derivada na conformação da racionalidade consoante ao pensamento liberal e no processo de constituição da consciência crítica e da resistência à dominação. O quarto capítulo encerra as conclusões do estudo e

das discussões e reafirma as bases conceituais que permitirão compreender a autoridade e sua relevância no processo formativo do sujeito.

— * —

Título: *Educação escolar no MST: intencionalidades pedagógicas e políticas*

Autora: Lindalva Maria Novais Garske

Orientador: Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa

Defendida em: 25/08/2006

RESUMO

O presente estudo situa-se entre aqueles que buscam entender as intencionalidades que norteiam os projetos de educação escolar. Trata-se de uma tentativa de apreender e analisar as intencionalidades que norteiam o projeto de educação escolar do MST e a sua relação com os significados atribuídos por trabalhadores deste movimento a esta modalidade de educação. Nele, nosso objeto de estudo é o projeto de educação elaborado pelo Coletivo Nacional de educação do MST a ser implantado nas escolas dos acampamentos e assentamentos e os significados atribuídos por um grupo de trabalhadores ao papel a ser desempenhado por essas escolas. Do ponto de vista teórico, o ponto inicial da discussão tem como base o pensamento de Severino (2001), quando este analisa a educação escolar como mediação das práticas produtiva, social e simbólica, contando ainda, para aprofundamento do tema, com a contribuição de autores como Brandão (1995), Caldart (2000), Thompson (1981), Williams (1992), entre outros. O objetivo traçado permitiu-nos uma opção metodológica que privilegiasse os aspectos qualitativos, adotando, para tanto, procedimentos de coleta e análise de dados que dessem conta de apreensão do objeto de estudo em suas múltiplas relações. Uma incursão pelos dados empíricos coloca em evidência que os significados da educação escolar que presidem os depoimentos dos trabalhadores entrevistados estabelecem uma coerência com a intencionalidade traçada no projeto de educação do MST.

— * —